



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**TALLYSON SOUZA RAMOS**

**TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A MUNICÍPIOS BRASILEIROS:  
INTEGRANDO EXPERIÊNCIAS, GARGALOS E PERSPECTIVAS**

**SÃO CRISTOVÃO  
2025**

TALLYSON SOUZA RAMOS

**TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A MUNICÍPIOS BRASILEIROS:  
INTEGRANDO EXPERIÊNCIAS, GARGALOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias a municípios brasileiros: integrando experiências, gargalos e perspectivas apresentado na Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Professor Dr. Kleverton Melo de Carvalho

**SÃO CRISTOVÃO**

**2025**

TALLYSON SOUZA RAMOS

**TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS A MUNICÍPIOS BRASILEIROS:  
INTEGRANDO EXPERIÊNCIAS, GARGALOS E PERSPECTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias a municípios brasileiros: integrando experiências, gargalos e perspectivas apresentado na Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Trabalho defendido e aprovado em 10 de fevereiro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Kleverton Melo de Carvalho (Orientador)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof. Dr. Antônio Vinícius Silva Caldas (Membro interno)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

---

Prof. Dra. Gracyanne Freire de Araujo (Membro interno)  
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Dedico este trabalho a todos aqueles que mesmo tendo uma mudança na sua realidade, não desistem de correrem atrás de um sonho.

*“Se não puder se destacar pelo talento,  
vença pelo esforço”.*

Dave Weinbaum

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus primeiramente, que me permitiu chegar vivo neste momento e a espiritualidade maior por me inspirar nas escolhas da vida, me auxiliando a enfrentar os desafios aqui na Terra.

À minha família, minha mãe Ednolia, meu pai Vilermando, que me deram as bases para chegar neste momento, minha tia Vera e meu tio Floriano que me receberam em sua casa, a Wallyson Ramos e Inha Ramos pela parceria de anos.

Ao meu orientador o professor Dr. Kleverton Melo Carvalho, que me deu a oportunidade e acreditou na realização desse trabalho, com toda sua paciência entendeu a minha disponibilidade e caminhou sempre junto comigo na busca pelo êxito, será sempre uma referência para mim na área de administração pública brasileira.

Aos amigos do trabalho que entendiam e ajudavam nas várias e necessárias permutas para assistir as aulas e realizar as provas, aos professores que davam o suporte e faziam sempre o possível para me apoiar nessa dupla jornada da minha vida, em especial a professora Dra. Laudicéia Normando de Souza que através do seu comprometimento profissional acreditou e me deu oportunidade para que eu pudesse chegar até aqui.

A minha querida amiga Aninha, colega da UFS que para mim sempre foi uma inspiração na área de administração e parceira nas diversas matérias que nós cursamos juntos.

## RESUMO

A realização de qualquer obra de infraestrutura sempre necessita de recursos financeiros que muitas vezes o município não consegue arcar sozinho, e a transferência voluntária é uma ferramenta que possibilita aos gestores captar recursos da União para viabilizar diversos projetos para a população. Este trabalho apresenta uma revisão sistemática integrativa, através de estudos já publicados por diversos autores. Como objetivo geral, buscou-se analisar tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias para obras de infraestrutura nos municípios do Brasil, entre 2011 e 2024, com vistas a reduzir as perdas com falhas no processo de captação desses recursos. A metodologia de revisão integrativa, foi utilizada a partir de estudos disponíveis no Google Acadêmico, ocorrendo em seis etapas: 1. Identificação do tema e escolha da questão da pesquisa, 2. Definição de critérios de inclusão e exclusão, 3. Identificação dos trabalhos pré-selecionados e selecionados, 4. Categorização dos trabalhos escolhidos, 5. Análise e interpretação dos resultados e 6. Apresentação da revisão/síntese do conhecimento. Nos resultados desta pesquisa observou-se maior presença de trabalhos na região sul e sudeste do Brasil e entre os autores mais citados nas publicações selecionadas destacou-se a Arretche. Diante do exposto, realça-se a importância de os gestores públicos conseguirem através das experiências já mencionadas na literatura, enfrentarem os gargalos para gerar boas perspectivas diante das transferências voluntárias para realização de obras em infraestrutura que serão entregues para a população.

**Palavras Chave:** Tópicos emergentes. Transferências voluntárias. Infraestrutura. Municípios do Brasil. Revisão sistemática integrativa.

## ABSTRACT

Carrying out any infrastructure project always requires financial resources that the municipality often cannot afford on its own. Voluntary transfers are a tool that enables managers to obtain federal funds to support various projects for the population. This paper presents an integrative systematic review of studies already published by several authors. The overall objective was to analyze emerging topics related to voluntary transfers for infrastructure projects in Brazilian municipalities between 2011 and 2024, with a view to reducing losses due to failures in the process of obtaining these resources. The integrative review methodology was used based on studies available on Google Scholar, and consisted of six stages: 1. Identification of the topic and choice of the research question; 2. Definition of inclusion and exclusion criteria; 3. Identification of pre-selected and selected studies; 4. Categorization of the chosen studies; 5. Analysis and interpretation of results; and 6. Presentation of the review/synthesis of knowledge. The results of this research showed a greater presence of works in the southern and southeastern regions of Brazil, and Arretche stood out among the authors most cited in the selected publications. Given the above, it is important for public managers to be able to overcome bottlenecks through the experiences already mentioned in the literature in order to generate good prospects for voluntary transfers for carrying out infrastructure works that will be delivered to the population.

**Keywords:** Emerging topics. Voluntary transfers. Infrastructure. Municipalities of Brazil. Integrative systematic review.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Destinação das transferências voluntárias de 2008 a 2016.....	22
Figura 2 - Relação quantidade x valor das transferências voluntárias.....	23
Figura 3 - Variação dos valores dos contratos de acordo com o tempo.....	23
Figura 4 - Etapas da Revisão Integrativa.....	31
Tabela 1 - trabalhos selecionados.....	35
Tabela 2 - referências mais citadas nos trabalhos selecionados da tabela 1.....	38
Figura 5 - Categorias de assuntos nos estudos do Google Acadêmico.....	40
Tabela 3 - regiões das citações dos autores.....	41

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1	SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA .....	12
1.2	OBJETIVOS.....	14
1.2.1	<b>Objetivo geral</b> .....	14
1.2.2	<b>Objetivos específicos</b> .....	14
1.3	JUSTIFICATIVA .....	14
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
2.1	A GESTÃO MUNICIPAL – ASPECTOS FINANCEIROS E DE INFRAESTRUTURA.....	17
2.2	GESTÃO DA TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA.....	19
2.3	GESTÃO FEDERAL EM NÚMEROS .....	21
2.4	ANÁLISES ESSENCIAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS .....	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	27
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA .....	27
3.2	QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA.....	343
3.3	MÉTODO DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS .....	33
3.3.1	<b>Análise de conteúdo</b> .....	33
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	35
4.1	RESULTADO DA BASE DE DADOS .....	35
4.2	REFERÊNCIAS MAIS CITADAS NO CAMPO DE ANÁLISE .....	37
4.3	CATEGORIAS DO GOOGLE ACADÊMICO .....	40
4.4	ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES .....	41
4.5	DISCUSSÃO .....	43
4.5.1	<b>Experiências adquiridas</b> .....	44
4.5.2	<b>Gargalos</b> .....	45

<b>4.5.3</b>	<b>Perspectivas .....</b>	<b>46</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo examina tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias para obras de infraestrutura no Brasil. A captação de recursos públicos tem sido uma das mais desafiantes necessidades para a gestão pública municipal. O Fundo de Participação dos Municípios, *per se*, não tem garantido desenvolvimento socioeconômico de maneira estrutural (Vieira et al, 2017). A captação de recursos se mostra, assim, uma alternativa viável. Segundo Baião, Cunha e Souza (2017), as transferências de recursos oriundas de diferentes fontes são muito importantes para os municípios e precisam ter uma atenção especial pelo administrador público municipal.

O setor de infraestrutura tem sido demandado, de maneira significativa, por projetos de captação de recursos, sendo esse um tema essencial no planejamento do município. Teixeira e Corrêa (2019) consideram essa discussão um “termômetro” que indica o quão desenvolvido está a região, além de nortear a perspectiva de crescimento. Em outras palavras, quando existem investimentos relevantes em infraestrutura pode-se dizer que o local tende a ter bons indicadores econômicos e sociais.

Existem duas principais maneiras para o município captar recursos: arrecadação própria, oriunda dos tributos derivados da própria gestão municipal; transferências intergovernamentais, sendo as transferências voluntárias uma das suas possibilidades (Bijos, 2018). Esta última será o foco deste estudo. Moreira, Torres e Nogueira (2019) reafirmam a importância das transferências voluntárias da União, pois elas geram um aumento na capacidade de arrecadação do município e possibilitam a realização de diversos investimentos, com destaque às obras de infraestrutura.

Escolheu-se a revisão sistemática integrativa como a metodologia para este estudo porque ela se aplica como uma forma de levantar dados atuais na literatura relacionando-os a principal questão desta pesquisa: de que maneira as transferências voluntárias enfrentam as perspectivas, experiências e gargalos nos municípios do Brasil. Após realizar a análise de diversas pesquisas, tem-se a discussão de como os dados convergem para a conclusão do estudo, de maneira ordenada e seguindo o

rigor acadêmico, as conclusões servem de base para futuros trabalhos (Baptista et al, 2012).

A pesquisa percorrerá uma orientação voltada para práticas transformadoras – deverá apontar caminhos para que a gestão dos municípios no Brasil identifique os gargalos na captação de recursos via transferência voluntária. O intuito é que a pesquisa possa subsidiar a ampliação no uso dessa ferramenta, ajudando aos municípios expandirem o seu próprio desenvolvimento.

### 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

A apresentação do problema de pesquisa é uma etapa essencial para a construção de um estudo acadêmico. Segundo Ramalho da Silva *et al* (2021) o problema da pesquisa é responsável por indicar um caminho para quem escreve, funciona como uma bússola para aqueles que desejam falar de determinado tema, este trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de analisar tópicos emergentes das transferências voluntárias na área de infraestrutura com foco nos municípios do Brasil, este estudo visa prover o leitor de informações que possam ser úteis para futuras pesquisas com temas similares, como também fornecer conteúdo sobre os repasses da união para o município.

O relatório de auditoria da Controladoria-Geral da União - CGU, que avaliou a gestão dos processos de transferências voluntárias realizada no Brasil entre 2008 e 2016, nos sinaliza a dimensão da importância desses recursos para o país. A maioria das transferências possuem valores abaixo de R\$ 750 mil reais - 84,22% dos contratos estão abaixo de R\$ 750 mil, dentre estes, 42,65% estão abaixo de R\$ 250 mil, sendo que a maioria dos repasses foram feitos em valores entre R\$ 100 e 250 mil até 2012. A partir desse ano, a maioria dos repasses foram entre R\$ 250 e 500 mil entre 2013 e 2016 (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018).

Os municípios foram os maiores recebedores destes recursos, totalizando mais de 80 mil transferências voluntárias. Em termos monetários, entre 2012 e 2016, isso representou em valores totais algo acima dos 40 bilhões de reais (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2018). Os números mencionados revelam a importância que estes recursos têm para as 5.570 cidades do país, sendo uma das principais fontes de arrecadação para obras de infraestrutura, por exemplo.

Por outro lado, esses números são pouco representativos ante os repasses gerais da União aos municípios. Em 2016 a União destinou aos municípios brasileiros cerca de R\$ 571,7 bilhões, mas apenas 3,8% deste valor - R\$ 21,7 bilhões - foram transferências voluntárias. Apesar desse percentual reduzido, esse tipo de recurso tem grande importância principalmente para os municípios menores, porque estão mais próximos da população do que o governo federal. Este fato é um desafio para os órgãos de controle, que devem estar atentos para que a utilização destes valores atinja a finalidade pública, evitando desvios ou qualquer irregularidade (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016).

As transferências voluntárias, assim, representam um caminho para o desenvolvimento nas regiões mais pobres do país. Em 2016, a região Nordeste recebeu 31% e a Sudeste 27% dos recursos oriundos dessa fonte. A região Centro-Oeste ficou com a menor fatia apenas 8% dos valores transferidos. Em relação a origem dos recursos, cerca de 51,9% foram provenientes de emendas parlamentares (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016). Isso sinaliza o compromisso dos membros do legislativo com o desenvolvimento de suas regiões de origem.

Como exemplo de município no Brasil que aplica esses fundos tem-se a cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, que se beneficia amplamente desses recursos. Segundo o *site* transferências abertas entre 2011 a 2021 teve-se R\$ 100.046.402,58 de valores destinados a Aracaju pelo Ministério do Desenvolvimento, para utilização em diversas obras como: implantação de pavimentação, drenagem urbana, recapeamento asfáltico nas principais vias, entre outras. Desse montante R\$ 94.231.347,20 foram liberados para uso, ou seja, 94,18% dos recursos liberados. Destes, R\$ 77.580.654,16 foram movimentados, restando ainda um saldo de R\$ 16.909.834,92 de recursos, que ainda serão utilizados. O município teve R\$ 465.871,57, ou seja, 0,46% dos recursos, devolvidos devido a alguma falha no processo de captação (TRANSFERÊNCIAS ABERTAS, 2021). A presente pesquisa objetiva diminuir essa perda de recursos, em virtude de eventuais falhas que ocorram no processo de aquisição destes fundos.

Para mitigar essas perdas, o presente estudo pretende responder à seguinte indagação: **quais os tópicos emergentes sobre as transferências voluntárias nas**

## **obras de infraestrutura entre 2011 e 2024: experiências, gargalos e perspectivas nos municípios do Brasil?**

### 1.2 OBJETIVOS

#### 1.2.1 **Objetivo geral**

Analisar tópicos emergentes relacionados às transferências voluntárias para obras de infraestrutura nos municípios do Brasil, como as experiências, os gargalos e as perspectivas reduzem as perdas com falhas no processo de captação desses recursos.

#### 1.2.2 **Objetivos específicos**

**II.** Examinar as **experiências** dos municípios com transferências voluntárias para obras de infraestrutura;

**III.** Avaliar os principais **gargalos** atuais para a captação via transferências voluntárias para obras de infraestrutura;

**IV.** Apontar **perspectivas**, subsidiando a elaboração de projetos mais efetivos para a captação, via transferências voluntárias, para obras de infraestrutura.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O que motiva a falar sobre um tema tão importante na área da gestão pública é a necessidade de aprofundar o conhecimento existente e contribuir com a disponibilização de conteúdo teórico, possibilitando a outras pessoas usufruírem do material para aprimorar as suas pesquisas. Este trabalho traz algumas impressões sobre o estudo das transferências voluntárias, e destaca a contribuição de diversos autores que evidenciam a importância do tema escolhido.

Este estudo se justifica por diferentes relevâncias. A possibilidade de contribuir com um material que pode ser compartilhado com as lideranças administrativas das cidades, que trabalham diretamente com as transferências voluntárias.

A decisão pela construção de um trabalho de natureza acadêmica sobre algo tão aplicado se deu pela necessidade de aprimorar a maneira como os gestores realizam estas ações. Segundo Ignarra (2014) observa-se que muitas vezes

acontecem falhas em algum momento do processo de captação de recursos, como exemplo cita-se os atrasos nos prazos de documentação entre secretarias, e o município precisa devolver o dinheiro para a União, acarretando atraso ou a não viabilidade de determinada obra para a região.

Os municípios lidam com diversas dificuldades nesse processo: falta de planejamento na destinação dos recursos, avaliações técnicas muito superficiais, não existência de parâmetros fiscalizatórios que façam um acompanhamento das obras para guiar projetos mais eficazes na destinação dos recursos públicos, além de critérios de eficiência, eficácia e efetividade (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016). Identificar o que ocorre nos municípios para as perdas nos recursos captados pode se reverter em maiores ganhos em qualidade de vida para as cidades.

Diferentes trabalhos examinam as captações municipais das transferências voluntárias, como o de: Cataia (2011), que sinalizou que 70% de todo o orçamento que as cidades com até 3 mil habitantes arrecadam vem da União, o aumento de moradores o município diminui a sua dependência de recursos federados; Soares e Melo (2016), que identificaram que para alcançar estes fundos da União é algo complexo e caro, vários municípios pobres encontram barreiras, dificultando o seu acesso e privilegiando as cidades mais estruturadas.

Além dos estudos mencionados, têm-se o de Conti (2014) que encontraram a falta de pontos mais específicos que regulamentem as transferências voluntárias como quem deve receber e quais critérios seguir para que ocorra a devida destinação, este poderoso instrumento de arrecadação principalmente de municípios menores, é utilizado como poder de barganha pelos governantes que estão acima; Cinelli (2011), que apontaram o fenômeno da corrupção como algo inerente a esse processo.

Essas pesquisas abordam as dificuldades para se realizar as captações, apontando que municípios pequenos possuem franca dificuldade e que há barreiras de natureza política para a realização da captação. Entretanto, quando se trata de um município que é a capital do estado e que possui acesso político aos seus membros do legislativo federal, como é o caso de Aracaju mencionado anteriormente como exemplo, as dificuldades para a devolução da verba captada nas transferências já captadas se dão por fatores técnicos, ainda pouco compreendidos e discutidos pela

literatura. Neste sentido, o presente trabalho contribuirá, trazendo luz para a mitigação dos fatores intervenientes nessas devoluções.

Faz-se prioritário ampliar o estado da arte e retirar as lições aprendidas sobre a captação de recursos públicos envolvendo as transferências voluntárias pelos gestores. Considerando o processo demorado para captação desses recursos, faz-se prioritário otimizar o tempo, sendo a população a maior beneficiada pela eficiência na gestão. A redução nos riscos das perdas protege os recursos públicos, possibilitando aos gestores públicos a atuarem de maneira mais embasada, para realização de obras que serão importantes na vida dos cidadãos.

De ordem pessoal, o pesquisador sempre se identificou com a área da Administração Pública, percebendo o papel que o curso de Administração possui para aprimorar o que prevê o Princípio da Eficiência, estabelecido na Emenda Constitucional número 19 de 1998. Para melhor utilizar os recursos públicos oriundos na captação de recursos federais, uma pesquisa baseada em uma revisão sistemática integrativa, realizada por um administrador focado nesses aprimoramentos pode se reverter em sinais de como o egresso do curso de Administração pode, e deve, se envolver na gestão municipal em nosso país. Existe um amplo campo de atuação a ser explorado.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo procurou-se estabelecer os fundamentos teóricos da pesquisa, observa-se em Garcia (2016) que a fundamentação teórica ou também chamada revisão bibliográfica é o estado da arte do tema proposto a ser aprofundado, trata-se da apresentação de estudos daquilo que se deseja abordar. Neste capítulo procura-se revisar o que foi mencionado na literatura e destacar apontamentos relevantes sobre os seguintes tópicos que se apresentam no final deste parágrafo: a gestão municipal em seus aspectos financeiros e de infraestrutura, gestão das transferências voluntárias, gestão federal em números, alguns aspectos relevantes sobre as transferências voluntárias e informações sobre a administração de uma cidade exemplo.

### 2.1 A GESTÃO MUNICIPAL – ASPECTOS FINANCEIROS E DE INFRAESTRUTURA

No desejo de se proporcionar um controle financeiro e aspectos organizacionais na área de infraestrutura, a gestão municipal evidencia como a cidade administra o orçamento, as dificuldades enfrentadas e quais ferramentas podem ser utilizadas para desenvolver estas duas áreas: finanças e infraestrutura. Aborda-se também aspectos sobre o planejamento da infraestrutura e como ela se insere dentro do mapeamento financeiro municipal.

Existem vários instrumentos que auxiliam na capacidade administrativa municipal, bastante importante para o controle fiscal e segundo Gerigk e Clemente (2012) no dia 4 de maio do ano 2000 começou a valer a Lei Complementar número 101, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), direcionando as administrações públicas para a gestão fiscal responsável norteada por ações planejadas e transparentes, contas públicas equilibradas, prevenção de riscos e atendimento a várias metas e limites estabelecidos de gastos com pessoal e no endividamento. Ainda segundo os autores a LRF dá ênfase ao planejamento e fortalece a constituição de 1988 que determina empenho no desenvolvimento de atividades financeiras, tornando a gestão financeira muito mais responsável.

A gestão municipal utiliza-se da LRF quando prioriza a eficiência financeira, equilibrando as contas e através do planejamento orçamentário consegue desenvolver o município em busca do equilíbrio nas contas públicas, transformando

os problemas municipais em soluções por meio de recursos próprios ou auxiliado por órgãos estaduais e/ou federais. Como visto ao longo do estudo, as cidades menores possuem uma dificuldade na arrecadação de recursos próprios e necessitam de transferências públicas para desenvolverem as suas atividades que vão beneficiar a população, quanto maior a cidade mais facilmente será a captação de recursos próprios e muitas vezes a preferência em receber ajuda de parlamentares com interesses diversos. Destaca-se também que quanto maior o porte do município naturalmente maiores serão os problemas encontrados, tanto na quantidade como na complexidade e a tendência será que maior atenção no aspecto financeiro exija gestores mais qualificados e comprometidos com a gestão pública municipal.

Em pesquisa realizada em algumas cidades no interior da Paraíba mostra que 80% de questões simples referentes ao orçamento público são desconhecidas pelos gestores, este mesmo percentual errou perguntas básicas envolvendo a LRF e planejamento orçamentário, apesar dos prefeitos declararem que possuem um conhecimento nota entre 9 e 10 de domínio sobre o assunto (Dantas, 2011). O autor ainda aponta que fica evidente o despreparo dos gestores sobre o tema financeiro do município, isto dificulta uma boa gestão pública e revela o despreparo técnico das lideranças na condução de práticas que facilitem a captação de recursos públicos para a região.

A desinformação é um tema relevante para este estudo, como já foi visto no início deste trabalho muitas perdas de receitas acontecem devido as falhas durante o processo de captação dos recursos públicos, Valentim, Ferreira e Dalto (2020) explica que a dificuldade dos gestores em entenderem os trâmites, empobrece a capacidade administrativa das lideranças e rotula-se a administração pública como algo burocrático e lento, muitos desconhecem que a falta de preparo intelectual na forma como se desenham as fases de recolhimento destes fundos para o município, deixam as cidades paradas no tempo com poucos recursos para serem administrados, perdendo oportunidades valiosas que apenas boas lideranças conseguem com habilidade resgatar os recursos disponíveis.

A gestão da infraestrutura deve relacionar-se muito bem com os aspectos financeiros do município. Segundo Ferreira e Nascimento (2016) o custo da infraestrutura deve estar adequado tanto para a criação do empreendimento como

para a manutenção, é muito prejudicial se o gestor criar algo que não consiga manter dentro da arrecadação municipal. Outra dificuldade realçada pelos autores é que esta área envolve projeções de médio a longo prazo, portanto o prefeito precisa ter um profundo conhecimento técnico como citado por Dantas, para que possa entregar uma obra dentro do prazo e com o mínimo de desconforto possível para a população.

Pode-se observar que a área de finanças e de infraestrutura estão entrelaçadas. Esta segunda depende muito do planejamento orçamentário para que se consiga efetivar as mudanças necessárias que a população tanto deseja, já a primeira precisa ter uma organização financeira bem feita para se disponibilizar recursos para outros setores da administração dentro do município. Saber utilizar as ferramentas que a administração pública proporciona como a LRF é fundamental para facilitar a captação de recursos e ter ganhos de produtividade na gestão municipal.

## 2.2 GESTÃO DA TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA

Faz-se necessário aprimorar a capacidade de captar as transferências voluntárias, isto traz ganhos para o município que terá mais recursos para realizar as obras que a sua população tanto deseja.

Segundo Silva Filho et al (2023) o gestor precisa saber administrar estes recursos e fazer uma boa destinação, através de planejamento e organização para que se tenha agilidade na máquina pública e proporcionar que os prazos sejam atendidos dentro do esperado. Existem algumas ferramentas como as emendas parlamentares que auxiliam na obtenção de recursos, quais as suas dificuldades e como o Tribunal de Contas da União acompanha estas movimentações, no final do processo é interessante observar como a população acompanha a gestão e a atuação das lideranças.

Como mencionado por Bijos (2013) as emendas parlamentares compõem parte das transferências voluntárias, o autor através de estudos mostra que muitas vezes acontece uma contaminação política, isto gera dificuldade para municípios que não possuem proximidade ideológica, os deputados federais e senadores emperram parte do processo para algumas regiões, preferem beneficiar outras localidades que se familiarizam com suas ideias e vários prefeitos ficam preteridos. Uma dificuldade realçada também por Silva (2020) ela explica que fatores políticos partidários

influenciam a distribuição dos recursos federais a prefeitos que compõem a base do governo, a finalidade é gerar boas perspectivas eleitoreiras para aquele grupo ideológico, induzindo a população a votar nos candidatos por eles representados.

Segundo Amorim Neto e Simonassi (2013) transferência voluntárias são recursos financeiros que a União distribui ao Distrito Federal, estados e municípios através de acordos, convênios ou outros mecanismos que tem o objetivo de realizar obras e/ou serviços para a população. Uma das formas de contribuição deste trabalho é trazer o conceito e revelar quais as suas possibilidades de atuação, de que maneira podemos utilizá-la para obras de infraestrutura, quais são as suas dificuldades e perspectivas que favoreçam no aprimoramento na utilização destes recursos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) no material publicado em 2016 faz vários questionamentos sobre as transferências voluntárias, por exemplo, a falta de planejamento na destinação dos recursos, avaliações técnicas muito superficiais, não existência de parâmetros fiscalizatórios que façam um acompanhamento das obras para guiar projetos mais eficazes na destinação dos recursos públicos, entre outros. O TCU destaca ainda um problema ocorrido e que ela traz no seu relatório de 2016 que são os critérios de eficiência, eficácia e efetividade iremos explicar melhor cada um deles.

Para o contribuinte uma transferência voluntária é eficiente quando entrega uma política pública de maneira correta sem erros e trazendo ótimos resultados para a população, como exemplo, podemos trazer uma via pavimentada ela será considerada eficiente se for calçada, sinalizada e entregue para a sociedade de maneira segura no tempo previsto e com a melhor qualidade possível do gasto público.

Para Bijos (2018) a transferência voluntária é eficaz quando cumpre suas metas previstas para os cidadãos, ainda no exemplo citado anteriormente podemos dizer que a vida útil esperada daquela pavimentação é 5 anos, então a população espera utilizá-la bem dentro das condições previstas no tempo estipulado, assim podemos dizer que o contribuinte considerará aquele gasto público como eficaz.

E a efetividade das transferências voluntárias ocorre quando ao atender as necessidades e expectativas ao longo do tempo, pode-se avaliar como estão sendo

entregues os produtos/serviços de determinada gestão para aquela população (Bijos, 2018), é muito importante trazer o olhar da população para as políticas públicas e acompanhar as suas avaliações sobre o serviço prestado, este feedback permite a melhoria de todo o processo e segundo o TCU faz com que seja um processo sistêmico em vez de fragmentado.

Dentre vários gargalos Meireles (2019) destaca o alinhamento partidário da esfera municipal com a federal, existe uma dificuldade em conseguir recursos quando a região que é governada pela oposição, há um desejo de enfraquecimento e se o gestor não tiver habilidade política encontrará resistência. O autor ainda destaca que existe um desinteresse natural na maioria dos prefeitos da oposição em solicitar os recursos via transferência voluntárias, porque sabe que será difícil e segundo Meireles o alinhamento partidário com o governo federal provoca um aumento de 16 convênios submetidos por município a união.

É interessante ver como a capacidade do gestor é fundamental para avançar com os trâmites processuais e como parte da captação dos recursos públicos dependem da sua atuação, a forma como ele se posiciona dentro do cenário político tende a favorecer ou dificultar a entrada de recursos tanto da União como das emendas parlamentares, ter um bom relacionamento no meio político facilita a entrada de dinheiro para realizar as obras. O TCU através dos seus relatórios auxilia para que todo o processo aconteça de maneira transparente, o prefeito pode utilizar essas informações para mapear áreas que precisam ser melhoradas. Atender as necessidades da população é o principal objetivo do gestor municipal, o povo pode fazer este acompanhamento, mas os gestores devem prover meios para que os cidadãos se interessem em acompanhar e fiscalizar a atuação das lideranças.

### 2.3 GESTÃO FEDERAL EM NÚMEROS

Para compreender a temática investigada, faz-se relevante compreender a gestão federal e os recursos que ela proporciona para que os municípios consigam executar as obras para a população. Mais à frente observa-se como algumas características interferem diretamente na capacidade de captar recursos e como isto influenciam no desenvolvimento da região.

Uma característica importante nas transferências voluntárias é que ela possibilita a oportunidade de materializar ações que favoreçam a realização de obras públicas, além do que, na perspectiva da aplicação de recursos pela gestão municipal, se mostra mais eficaz do que aplicados pela gestão federal, por estar mais próximo da população e ter uma maior sensibilidade perante as necessidades do povo (MOUTINHO; KNISS, 2017).

Bijos (2013) através dos seus estudos explica que aqueles municípios que possuem um bom Índice de Desenvolvimento Humano ou IDH, conseguem captar recursos de transferências voluntárias mais facilmente, isto gera uma reflexão e permite dizer que as regiões com indicadores favoráveis, estão envolvidas pelos melhores níveis de conhecimento técnico que auxiliam na captação de recursos para os municípios. Regiões que não possuem um bom IDH apresentam maiores dificuldades para trazer estas receitas, atrasando o seu desenvolvimento.

De acordo com a Figura 1 que mostra o relatório de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) que avalia a gestão dos processos de transferências voluntárias realizada no Brasil entre 2008 e 2016, a mostra que foram os municípios os maiores recebedores destes recursos.

Figura 1 - Destinação das transferências voluntárias de 2008 a 2016

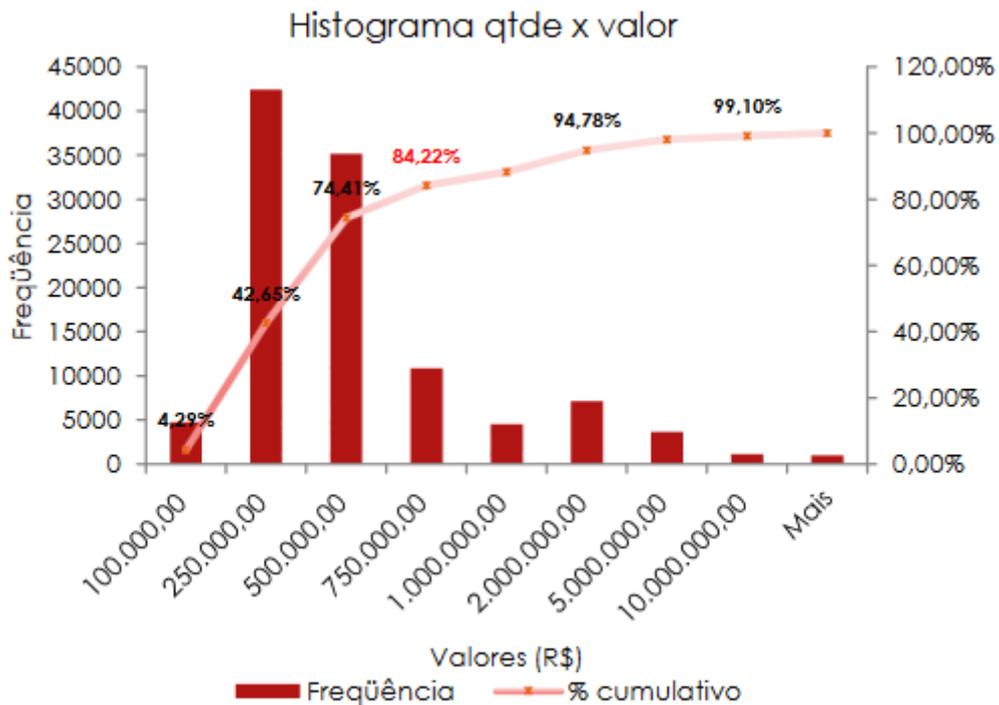


Fonte: Controladoria-Geral da União (2018)

O gráfico evidencia que os municípios receberam mais de 80 mil transferências voluntárias e que os valores totais estão acima dos 40 bilhões de reais, isto revela a importância que estes recursos têm para as 5.570 cidades do país, sendo uma

das principais fontes de arrecadação para obras de infraestrutura por exemplo. A CGU faz um recorte interessante sobre uma parte do perfil destes repasse em termos de faixas de valores, e a Figura 2 esclarece que a maioria das transferências possuem valores abaixo de R\$ 750 mil reais, de acordo com o gráfico abaixo.

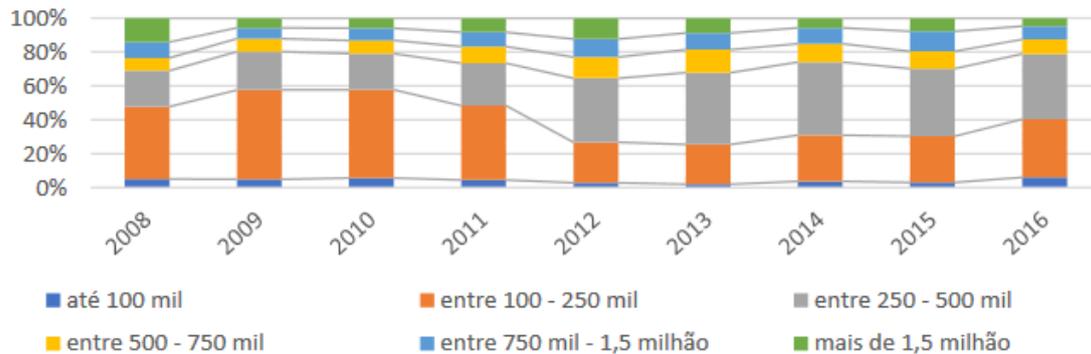
Figura 2 - Relação quantidade x valor das transferências voluntárias



Fonte: Controladoria-Geral da União (2018)

Observa-se que 84,22% dos contratos estão abaixo de R\$ 750 mil, dentre estes, 42,65% estão abaixo de R\$ 250 mil. Este outro gráfico exemplifica os valores dos contratos ao longo de cada ano, podemos observar na Figura 3 o fluxo variando com o tempo e que a maioria dos repasses são feitos em valores baixos, de acordo com o gráfico anterior.

Figura 3 - Variação dos valores dos contratos de acordo com o tempo



Fonte: Controladoria-Geral da União (2018)

É interessante observar através deste recorte da Controladoria Geral da União como a captação de recursos públicos está diretamente ligada a capacidade de desenvolvimento da região, observa-se que quanto mais adiantada for o município maior será a sua força em conseguir dinheiro, devido a sua facilidade em desenvolver um bom planejamento e também por ter uma população que busca eficiência na gestão pública. Outro ponto de destaque é que a maior parte dos valores estão abaixo dos 750 mil, isto mostra que os gestores ainda não possuem uma segurança na confecção de projetos robustos, os autores citados trazem a ideia de um receio por parte das lideranças em cometer algum erro lá na frente que gere algum revés na sua administração, falta um amadurecimento da capacidade administrativa.

#### 2.4 ANÁLISES ESSENCIAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Alguns aspectos sobre transferências voluntárias também merecem destaque e o primeiro deles é a necessidade de estabelecer a arrecadação proporcional por habitante, para que se possa mensurar o desenvolvimento da capacidade de angariar estes fundos, evidentemente explicar quais as dificuldades e como proporcionar melhorias.

Além disso Marciniuk et al (2020) evidenciam que existe uma relação direta nas transferências voluntárias entre o Legislativo Federal e o Executivo Municipal, as cidades que possuem uma proximidade na identidade partidária recebem uma média de R\$3,24 por habitante e quando o prefeito é do mesmo partido do presidente este valor salta para R\$7,43 por habitante. Tal fato evidencia a percepção político-

partidária e ideológica na captação de recursos públicos. Ter uma comunicação positiva com os diferentes poderes favorece o recebimento de capital para a realização de políticas públicas pelo gestor (Marciniuk et al, 2020).

Diante deste cenário quanto menor for a paridade de ideias do prefeito com o legislativo e o executivo federal maior será a dificuldade em captar recursos. O prefeito terá que ser dedicado em aprimorar a sua capacidade administrativa porque enfrentará barreiras na tentativa de angariar verbas como menciona o autor. Faz-se prioritário evidenciar que conseguir o recurso não quer dizer boa gestão, o gestor público terá ainda muitos tramites até conseguir fazer com que o dinheiro conseguido seja aplicado e a população possa usufruir dos resultados do investimento público. No final do mandato a excelência na gestão será comprovada com o que foi entregue para o cidadão e como foi administrado o capital recebido pelo município.

Além disso, segundo Conti (2014), por falta de uma regulamentação mais específica, estabelecendo quem deve receber e quais critérios seguir para que ocorra a devida destinação das transferências ora investigadas, este poderoso instrumento de arrecadação, principalmente para municípios menores, é utilizado como poder de barganha pelos governantes que estão acima. O autor traz ainda que muitas vezes a liberação de recursos é condicionada aos interesses da União, deixando de servir as principais demandas de quem está mais próximo dos cidadãos, os prefeitos ficam em situação delicada.

Esta é mais uma dificuldade que se soma às questões partidárias, mencionadas por Marciniuk et al (2020). Outro fator importante de se mencionar é a corrupção que ocorre nas transferências voluntárias. O fenômeno é algo difícil de mensurar, mas alguns estudos revelam que a cada R\$ 3,3 milhões transferidos pela União acontece uma média de 1 processo irregular que desvia R\$ 363 mil reais. Outro fator interessante é que em anos eleitorais os processos irregulares ficam nove vezes mais propensos a acontecer. Se a região é pobre os eleitores dificilmente irão fiscalizar os gestores públicos e se a região é rica o prefeito geralmente possui mais artifícios para desviar dinheiro (Cinelli, 2011).

Existe, também, uma relação direta com o tamanho da população e a importância do município. Cataia (2011) mostra um estudo em que 70% de todo o orçamento que as cidades com até 3 mil habitantes arrecadam vem da União, com o

aumento da população, o município diminui a sua dependência de recursos federados e as regiões com mais de 1 milhão de habitantes possuem 30% de receita federal no orçamento. O autor ressalta ainda um comportamento interessante, os valores repassados pelo estado priorizam a capital ou os grandes municípios já os recursos diretamente da União focam nos pequenos municípios, isto mostra a importância da capilaridade nas transferências voluntárias.

Ao entender melhor a principal forma de arrecadação, os pequenos municípios irão disponibilizar todos os esforços possíveis para que se consigam receitas que irão auxiliar no trabalho do gestor, o foco deve ser o aprimoramento da captação de recursos públicos através das transferências voluntárias, pois será através deste meio que a cidade irá realizar investimentos que muitas vezes não conseguiria com recursos próprios.

Um dos aspectos, quiçá de maior relevância para captação de recursos via transferência voluntária é o que concerne à formação do capital humano. Muitas regiões do país possuem poucos recursos financeiros, humanos, tecnológicos e enfrentam dificuldades para desenvolverem um plano para captar recursos oriundos das transferências voluntárias, principalmente se necessitarem de um projeto de engenharia por exemplo. Alcançar estes fundos da União é algo complexo e caro, vários municípios pobres encontram barreiras, dificultando o seu acesso e privilegiando as cidades mais estruturadas (Soares; Melo, 2016). Ter pessoas qualificadas é muito importante para que se tenha mais facilidade e agilidade nos trâmites processuais, cabe a liderança municipal buscar uma equipe qualificada e muito bem preparada para acompanhar as fases da melhor forma possível, este é o diferencial das grandes cidades.

Assim, o aspecto humano se alia a dificuldades políticas, já discutidas, como fator de maior relevância. Já não bastasse a falta de assessoramento que muitos gestores enfrentam no desenvolvimento dos projetos para captar estes fundos, podem ainda sofrer certo desprezo e encontrar dificuldades na liberação dos recursos (Conti, 2014).

A própria capilaridade deste tipo de receita se torna um meio possível de irregularidade, a falta de interesse do governante em promover políticas públicas que combatam a corrupção e o desinteresse do contribuinte em fiscalizar os gestores

públicos geram o reflexo do país que somos hoje. Fortalecer os órgãos reguladores e adotar medidas mais transparentes que estimulem a população a se interessar em acompanhar as finanças do município, ajudariam a diminuir os casos recorrentes nas várias regiões do país.

### 3 METODOLOGIA

Este capítulo destina-se a mostrar os caminhos escolhidos para a realização deste trabalho e serão discutidos: caracterização da pesquisa, questões norteadoras da pesquisa e variáveis da pesquisa. Neste campo evidenciam-se os motivos de cada classificação, justificando e definindo com base na literatura, para que se possa dar mais solidez ao trabalho.

Como objetivo geral, esta pesquisa almeja analisar os tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias com a aplicabilidade em obras de infraestrutura dos municípios do Brasil entre 2011 e 2024, com vistas a reduzir as perdas com falhas no processo de captação desses recursos, para cumprimento desta finalidade será obedecido tais princípios metodológicos.

#### 3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Kahlmeyer-mertens (2007) a pesquisa é muito mais do que conhecer a verdade, ela apresenta respostas para questionamentos que são expostos através do método científico. O método é o conjunto de procedimentos fundamentais para que a pesquisa aconteça, e não se trata de justificar, e sim de mostrar qual a importância de cada etapa (Martino, 2018).

A pesquisa aplicada objetiva usar o conhecimento e aplicá-lo de maneira prática, conforme os autores mencionam no parágrafo anterior, é a capacidade de se resolver um problema que tenha sido previamente estudado. As transferências voluntárias destinadas para infraestrutura em Aracaju enfrentam várias dificuldades, entre elas pode-se mencionar perdas devido a trâmites processuais, afinidade partidária, carência de conhecimento técnico entre outros fatores já abordados. Este estudo procura entender as causas para que se diminuam os efeitos de queda na arrecadação.

Com relação aos fins este trabalho caracteriza-se como descritiva. Segundo Nunes *et al* (2016), uma importante característica deste tipo de estudo é gerar novas visões sobre aquilo já conhecido, além de identificar, registrar e analisar características que se envolvem em determinado meio.

Como traz Manzato e Santos (2012) a pesquisa descritiva utiliza dados concretos, a separação dos artigos e diversos trabalhos citados ao longo do TCC que seriam analisados trouxe organização e rigor para entender os diferentes pontos evidenciados pelos pesquisadores e como eles se relacionavam neste estudo. Segundo Gerhardt e Silveira (2009) a coleta e análise de dados na pesquisa descritiva tem o objetivo de descrever determinado fenômeno e buscar estes dados não significa explicar o porquê do fato em questão, apenas descrever como ele ocorre e expor as referidas conclusões.

Para Vergara (1998) a pesquisa descritiva revela comportamentos de uma população ou fenômeno, cita também variáveis e a sua natureza, entretanto não necessariamente explica os fenômenos que descreve, apesar de proporcionar uma base conceitual. O foco do estudo é apenas descrever, sem a necessidade de analisar o mérito, em muitas pesquisas descritivas o delineamento escolhido pelo pesquisador não possibilita que as informações sejam usadas para testar as hipóteses, embora hipóteses possam ser criadas posteriormente (Fontelles *et al*, 2009).

Existem alguns tipos de pesquisas descritivas que possibilitam não somente a resolução de problemas conhecidos, como também enveredar pontos de áreas similares que não tenham sido examinados mais de perto. Muitas vezes permite ao pesquisador debruçar as suas análises e documentos sobre uma nova ótica, proporcionando a atualização de conceitos (Prado *et al*, 2017).

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, devido a multiplicidade de interpretações que se pode ter através das conclusões do estudo. Este tipo de pesquisa permite que o autor faça ponderações e realize aprofundamentos baseando-se nos dados, propondo soluções específicas de acordo com o problema em questão e da subjetividade do autor (Chueke; Lima, 2012).

A pesquisa qualitativa busca entregar um resultado mais elaborado, que se molda melhor à realidade de cada exemplo, propondo ajustes e condições direcionadas ao tamanho do problema e da realidade. Considera-se esta pesquisa como qualitativa básica, por buscar levantar um entendimento subjetivo e não mensurado de como funciona a captação de recursos públicos através das transferências voluntárias, concedendo tratamento e interpretação aos dados em busca de soluções que otimizem o processo de recebimento de capital pelo município

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa procura descrever e compreender algo, e não explicá-lo ou prevê-lo. As capacidades descritivas e compreensivas estão limitadas a um contexto específico. Ela não permite ser generalizada e isto evidencia a capacidade subjetiva do autor (Ollaik; Ziller, 2012). Isto mostra a importância da pesquisa qualitativa e deixa claro a sua importância naquilo que se pretende estudar.

Segundo Yin (2001) uma revisão sistemática integrativa trata sobre um fenômeno contemporâneo inserido em um cenário de vida real, principalmente quando o fenômeno e o cenário não estão precisamente esclarecidos, ou seja, pode ser utilizado quando o fato for relevante ao objeto de estudo. Para Gomes (2008) em sua resenha da obra de Yin, além de ser uma estratégia para desenvolvimento do estudo pode ser utilizada para gerar rigor a pesquisa.

A condição mais importante para separar as estratégias de pesquisa é perceber nela o tipo de questão que está sendo estudada. Se forem do tipo “o que” podem ser fortemente exploratórias e se forem questões “como” e “porque” tendem a ser estudo de caso, experimentos ou pesquisas históricas. A capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências, mesmo sendo rotulada equivocadamente da falta de rigor nas pesquisas (Yin, 2001).

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa bem abrangente e pode ser utilizado em casos unitários como também casos múltiplos. Deve-se considerar todas as estratégias de pesquisa e o pesquisador deve possuir um vasto repertório de acordo com cada situação, ou seja, possuir um perfil pluralista. O estudo de caso apresenta um sistema diferente de outros métodos, ele não é algo sistematizado e a depender do objeto a ser estudado o pesquisador aplicará a melhor estratégia (Yin, 2001).

Outro fato mencionado por Yin (2001) diz respeito a confiabilidade de uma pesquisa, e uma boa prática para o estudo de caso é construí-lo de uma maneira que um outro pesquisador possa repetir os procedimentos e alcançar os mesmos resultados. Outro ponto importante é o fato de que o estudo de caso pode se apresentar de uma forma bem flexível, ocorre quando o projeto de pesquisa original se direciona para um caminho não esperado, neste caso o mais recomendável seria começar um novo projeto, e inevitavelmente os críticos caracterizam esta flexibilidade como algo ruim.

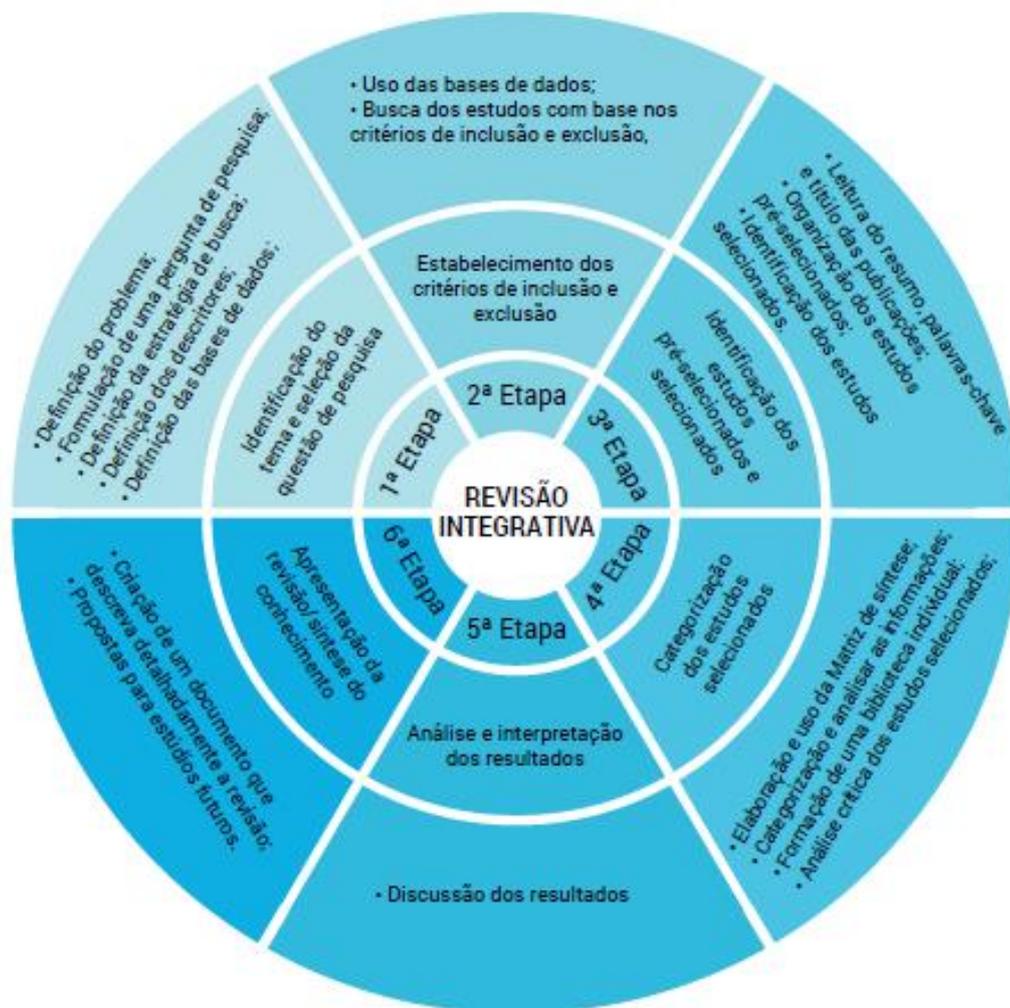
Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática integrativa. A revisão sistemática parte de algum questionamento, porque através desta pergunta pode-se definir estratégias que identifiquem estudos para serem incluídos na pesquisa, além de filtrar quais dados serão coletados de cada estudo, ela reúne e avalia criteriosamente a síntese dos resultados presentes na literatura (Cordeiro *et al*, 2007).

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011) a revisão integrativa pode ser utilizada em estudos de diversas áreas, sendo um método de desenvolvimento no campo organizacional ela representa a síntese e a análise da literatura produzida sobre o tema investigado, também permite ao leitor avaliar os procedimentos usufruídos na pesquisa.

A revisão sistemática integrativa aplica-se através de uma sequência lógica e ordeira composta de seis etapas, de modo que a literatura mais nova abranja o tema e esta mais recente será o estudo secundário que utilizará os dados de um trabalho que iniciou-se anteriormente (Kuhn; Botelho; Almeida Alves, 2018).

Para Botelho, Cunha e Macedo (2011) as seis etapas estão presentes na Figura 5 e são as seguintes: Identificar o tema da pesquisa, a partir da formulação de um problema; Critérios para incluir e excluir; Estudos pré-selecionados e selecionados; Divisão de categorias para os estudos selecionados; Analisar e interpretar os resultados; Apresentar a revisão que foram utilizadas no trabalho proposto.

Figura 4 - Etapas da Revisão Integrativa



Fonte: Botelho; Cunha; Macedo (2011, p.129).

A primeira etapa esboça a definição do problema desta pesquisa, como também da estratégia de busca, dos descritores e do banco de dados. O questionamento deste estudo foi lançado na parte inicial deste TCC: quais são atualmente os tópicos emergentes que se relacionam com as transferências voluntárias nas obras de infraestrutura gerando: as experiências, gargalos e perspectivas nos municípios do Brasil?

Uma vez definida a pergunta e como seria realizada a procura de material, procurou-se qual a base de dados utilizar e a intenção foi delimitar o campo de atuação. A escolha pelo Google Acadêmico deu-se pelo gigante acervo que engloba artigos científicos, teses de mestrado e doutorado e livros, além disso sua plataforma

possibilita acesso a repositório de grandes universidades e a trabalhos publicados com grande quantidade de citações e visualizações. O google acadêmico colhe dados através de um software que busca a *web* e identifica automaticamente a estrutura e o material que define o documento científico e suas referências (Caregnato, 2012).

Após a escolha da base de dados as atenções voltaram-se para os descritores, que seriam as palavras-chave associadas ao tema da pesquisa e ao referencial teórico, utilizou-se parênteses e aspas quando se desejou uma busca mais refinada do tema em análise. Segundo Puccini *et al* (2015) a SciELO utiliza bem o uso de descritores, diferentemente do Google Acadêmico que faz uma varredura mais completa utilizando todo o corpo do título e do texto.

Na segunda etapa adotou-se uma estratégia para limitar o campo amostral, buscou-se trabalhos que contemplassem na área da administração pública para fortalecimento dos pontos principais abordados, refinou-se a busca pelo período de 2011 a 2024 e apenas nove referências que se tratavam de definições mais consolidadas fugiram desse limite. Foram utilizados materiais de áreas similares que corroboraram com a área estudada. Tanto a escolha do período como a seleção das áreas atendem ao critério de inclusão e exclusão solicitado no diagrama da revisão integrativa.

A terceira etapa realizou-se a identificação do material pré-selecionado e selecionado, iniciou-se pela leitura de título e resumo para escolha de algo alinhado com a pesquisa, ou seja, buscou-se por palavras-chaves que direcionassem aos tópicos emergentes atuais das transferências voluntárias relacionados as obras de infraestrutura que envolvem-se os municípios do Brasil, com o texto indicando correspondência com o tema, realizou-se a leitura de todo o material para posterior inclusão do que fosse relevante para o TCC, aquilo que não fosse pertinente seria desconsiderado.

A quarta, quinta e sexta etapa da revisão integrativa que são: categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados e a apresentação da revisão/síntese do conhecimento são abordadas nos próximos capítulos deste estudo e refere-se ao resultado da pesquisa.

## 3.2 QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA

Importante mencionar algumas questões que estão inseridas neste trabalho, levando-se em conta os objetivos específicos:

a) Quais e de que maneira ocorreram as experiências que os municípios acumularam entre 2011 e 2024 na captação de recursos públicos através das transferências voluntárias para obras de infraestrutura no Brasil?

b) Quais e como podem ser avaliados os principais gargalos que dificultam os projetos na captação de recursos públicos pelos municípios, para obras de infraestrutura no Brasil?

c) Quais as perspectivas para a captação de recursos públicos através das transferências voluntárias por parte dos municípios brasileiros?

## 3.3 MÉTODO DE ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS

Para esta pesquisa utilizou-se o método de análise de conteúdo, Segundo Mozzato e Grzybovski (2011) a utilização desta técnica vem crescendo nos últimos anos principalmente entre os métodos qualitativos, seu uso se deve pelo rigor científico e profundidade das pesquisas, além de muito utilizada no campo da administração, esta técnica apresenta-se com destaque para pesquisas qualitativas. Este trabalho foi desenhado com os seguintes subtópicos que serão apresentados posteriormente: resultado da análise de dados, referências mais citadas no campo de análise, categorias do Google acadêmico e origem das publicações.

### 3.3.1 Análise de conteúdo

Segundo Cardoso *et al* (2021) torna-se bastante enriquecedor a utilização em pesquisas do método de análise de conteúdo, sua análise de dados busca entender o significado dos textos publicados e valoriza o arcabouço metodológico, além de analisar com profundidade a subjetividade, esclarecendo a não neutralidade do pesquisador, objeto do estudo e contexto.

Para o estudo sobre tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias nas obras de infraestrutura que envolvem os municípios brasileiros, a escolha pelo método de análise de conteúdo se aplica muito bem porque ele consegue

responder as perguntas enfatizadas nas questões norteadoras da pesquisa e para Cavalcante *et al* (2014) a pergunta na pesquisa qualitativa é algo complexo e sistemático, pois exige uma imersão antecipada no ente e que tenha a capacidade de entender o ser e a essência. E a análise de conteúdo exige uma pré compreensão do ser, suas expressões, suas interações com contexto e exige um olhar meticuloso do investigador.

Como é dito por Leite (2017) a análise de conteúdo se caracteriza como um pressuposto teórico e a abrangência e dificuldade de análise do tema depende muito mais do analista do que da metodologia que foi utilizada. A análise de conteúdo sozinha não reverencia o resultado, ela oferece um caminho e proporciona ao analista exercer o seu trabalho para que se possa responder as dúvidas sobre o tema tratado da pesquisa.

A análise de conteúdo é uma técnica que leva em consideração diversos elementos que estão em volta do pesquisador e realça detalhes do objeto em estudo, tornando assim um retrato fiel do que os dados da pesquisa tentam mostrar (DE LIMA PALMEIRA *et al*, 2020).

Além disso é dito por Francisco *et al* (2021) que a análise de conteúdo é uma metodologia de leitura profunda, que possibilita o entendimento, o uso e a aplicabilidade de um determinado conteúdo, permitindo que o tema seja explorado além do que a leitura aparenta.

A escolha pela revisão sistemática integrativa segue o que foi publicado por Jacobovski e Ferro (2021) tem o objetivo de aperfeiçoar e sistematizar o conhecimento sobre o tema, a síntese em núcleos traz organização e inovação aos modelos tradicionais já utilizados. As 6 etapas que divide o trabalho exemplifica como a utilização da revisão sistemática integrativa fica mais concisa e bem sequenciada.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS

Após a seleção das nove referências que tratavam de definições mais consolidadas, iniciou-se um estudo mais aprofundado de cada pesquisa para conhecimento de como cada autor tratava o tema que convergia com o objeto de estudo sobre os tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias para obras de infraestrutura, utilizou-se alguns filtros como período específico (2011 a 2024) e idioma (português), na Tabela 1 define bem os principais trabalhos mencionados.

Tabela 1 - trabalhos selecionados

Trabalho	Artigo
1	<p>GERIGK, W.; CLEMENTE, A. Gestão financeira dos municípios brasileiros de porte médio. <b>Revista Pretexto</b>, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 34-59, 2012. Disponível em: <a href="https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5058604">https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5058604</a>. Acesso em: 08 nov. 20</p>
2	<p>FERREIRA, A. S.; DO NASCIMENTO, D. R. O custo da infraestrutura urbana: um delineamento para o desenvolvimento de pequenos municípios. <b>Engineering Sciences</b>, v. 8, n. 1, p. 67-79, 2016. DOI: <a href="https://doi.org/10.6008/CBPC2318-3055.2020.001.0008">https://doi.org/10.6008/CBPC2318-3055.2020.001.0008</a>. Disponível em: <a href="https://www.sustenere.inf.br/index.php/engineeringsciences/article/view/CBPC2318-3055.2020.001.0008/1925">https://www.sustenere.inf.br/index.php/engineeringsciences/article/view/CBPC2318-3055.2020.001.0008/1925</a>. Acesso em: 08 nov. 2021.</p>
3	<p>BIJOS, D. <b>Federalismo, instituição política e relações intergovernamentais: um estudo sobre os elementos determinantes das transferências voluntárias da União para municípios do estado de Minas Gerais</b>. 2013. Dissertação (Mestrado em ciências políticas) — Programa de Pós-graduação em</p>

---

Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/13434>. Acesso em: 24 set. 2021.

4 DA SILVA, V. S. **Determinantes do acesso às transferências voluntárias: análise dos municípios brasileiros entre 2008 e 2016**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20806>. Acesso em: 25 set. 2021

5 AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. G. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4 (133), p. 704-725, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000400010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/TP9LNc6zf5Y3smDkj3CyCbF/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2021.

6 Meireles, F. Alinhamento partidário e demanda por transferências federais no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 173-194, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170282>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/7BH4hdkFhDHbhgVbrJfxZPP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2021.

7 Moutinho, J. A.; Kniess, C. T. Transferências voluntárias da União para Municípios Brasileiros: identificação de correlação entre variáveis. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 8, n. 1, p. 90-101, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5585/gep.v8i1.484>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9662>. Acesso em: 24 set. 2021

8 CONTI, J. M. Transferências voluntárias geram desequilíbrio federativo. **Consultor Jurídico**. Disponível em:

---

<https://www.conjur.com.br/2012-ago-28/contas-vista-transferencias-voluntarias-geram-desequilibrio-federativo>. Acesso em: 27 out. 2021

STUCKERT, R.; BUGARIN, M. S. Transferências intergovernamentais voluntárias estratégicas: uma análise para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 75, n. 2, p. 290-310, 2024.

9

Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/10032/6991>.

Acesso em: 05 out. 2024

Fonte: autor (2024).

Os trabalhos citados acima foram publicados entre 2011 e 2024, a diversidade de autores indica um interesse pelo tema, entretanto temos poucas obras capazes de convergir para o tema que envolve transferências voluntárias em infraestrutura. Isto indica também a possibilidade de estudos paralelos a serem realizados por temas afins. Foram utilizadas as referências mais citadas do google acadêmico, no intuito de se enriquecer o trabalho com um material bem consolidado na literatura e reforçar dentro da área acadêmica um trabalho sobre os tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias na área de infraestrutura.

#### 4.2 REFERÊNCIAS MAIS CITADAS NO CAMPO DE ANÁLISE

Baseando-se nos estudos realizados pelos 9 principais autores mencionados na tabela 1, filtrou-se a maior quantidade de citações que se destacaram e apresenta-se na tabela 2 as referências mais citadas com identificação, autor, número de citações e ano.

Tabela 2 - Referências mais citadas nos trabalhos selecionados da tabela 1

Identificação	Autor	Número de citações	Ano
A	KOHAMA, H.	2	2000 e 2008
B	MATIAS-PEREIRA, J.	3	2006, 2007 e 2008
C	MASCARÓ, J. L	3	2005, 2010 e 2016

---

D	ARRETCHE, M.	15	2001, 2002, 2003, 2004(3), 2005(2), 2007, 2009, 2010(3), 2018 e 2015
E	BIJOS, D	3	2013(3)
F	KNIESS, C.T.	5	2013(3) e 2017(2)
G	MOUTINHO, J.A.	8	2013(2), 2014, 2016(4), 2017 e 2018
H	AMORIM, O.	7	2000(2), 2004, 2007 e 2013(3)
I	ABRUCIO, F. A.	6	1996(3), 1998 2004 e 2005
J	SOUZA, C.	4	1992, 2002, 2003 e 2005

---

Fonte: Autor (2024)

Conforme exposto em tabela acima, o autor mais citado nos 9 trabalhos da Tabela 1 está identificado pela letra D com 15 citações no total. A autora trabalha com diversos temas no cenário federal, facilitando as pesquisas de diversos autores que buscam enriquecer os seus trabalhos que envolvem transferências voluntárias. Além disso, tem-se a possibilidade de seguir diferentes linhas de pesquisa, portanto suas obras são utilizadas por diversos autores em vários seguimentos do federalismo.

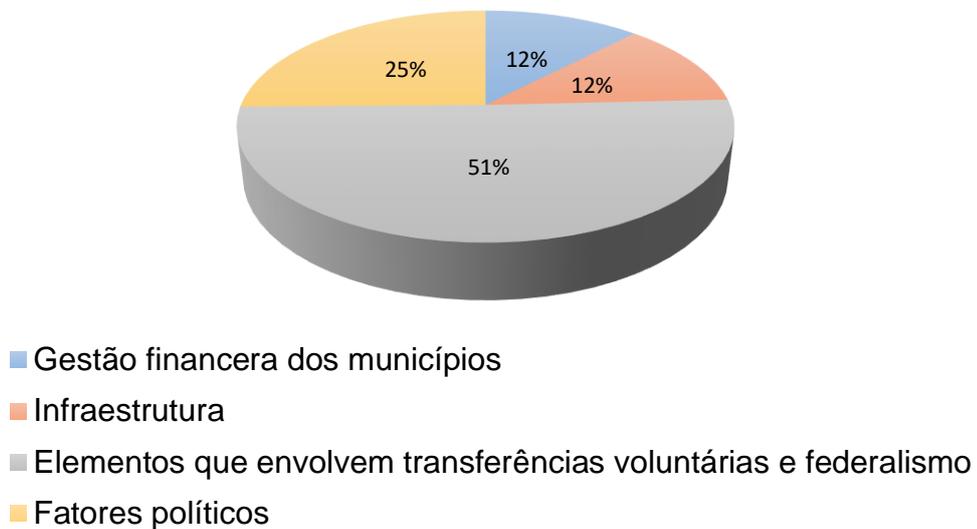
O autor G consegue trabalhar diversas pesquisas que falam diretamente sobre as transferências voluntárias, sendo também bastante citado nos trabalhos da Tabela 1, ele também se destaca por trazer um material mais recente em comparação com os outros autores.

Todos os outros autores são citados mais de uma vez em cada trabalho diferenciando-se dos demais que não foram aqui mencionados porque aparecem com apenas uma citação em cada trabalho, ou seja, os autores referidos na Tabela 2 são citados no mínimo duas vezes em cada trabalho da Tabela 1. Todos os outros trazem contribuições importantes no âmbito das pesquisas que enfatizam sobre transferências voluntárias.

#### 4.3 CATEGORIAS DO GOOGLE ACADÊMICO

Para este estudo realizou-se uma busca baseada em 4 principais tópicos nos diversos trabalhos alocados no Google acadêmico, e de acordo com a Figura 6 estão assim listados.

Figura 5 - Categorias de assuntos nos estudos do Google Acadêmico



Fonte: Autor (2024)

De acordo com a figura, relaciona-se 4 categorias com os principais textos da tabela 1 (pg.36) deste trabalho e que foram identificados no Google acadêmico: Gestão financeira dos municípios (T1), Infraestrutura (T2), Elementos que envolvem transferências voluntárias e federalismo (T3, T4, T7, T8 e T9) e Fatores políticos (T5 e T6).

A análise por categorias ajudou o presente trabalho a entender os diversos temas que envolvem a pesquisa, quais as principais áreas que estão aplicados os estudos base e como podemos encontrá-los. A categoria Elementos que envolvem transferências voluntárias e federalismo apareceu 5 vezes nos principais textos do Google acadêmico e é o coração desta pesquisa. Foi o tema que se destacou entre os demais. Vale a pena também ressaltar que a categoria Fatores políticos encontrada duas vezes sobressaiu-se quando comparada a Infraestrutura, portanto, entender o jogo político é fundamental para que se explique a movimentação financeira dos municípios no que envolvem as transferências voluntárias, ou seja, antes mesmo de ter-se o devido direcionamento financeiro para as obras de infraestrutura, precisa-se entender como ocorrem os caminhos políticos até o destino final que é a execução de determinada obra para os municípios.

A categoria gestão financeira dos municípios da sustentabilidade a pesquisa, sua importância ao tema estudado é um dos fatores por exemplo que pode-se explicar como cidades de semelhante porte populacional estão em diferentes níveis de desenvolvimento social, é o caso de Aracaju e Campina Grande que é uma das cidades do interior da Paraíba como mencionado por Dantas (2011) no capítulo 2, a gestão financeira é a base para que o município consiga planejar, receber e direcionar os recursos financeiros provenientes das transferências voluntárias nas obras de infraestrutura, por isso uma categoria bastante importante e que se destaca nos principais textos encontrados do Google acadêmico.

#### 4.4 ORIGEM DAS PUBLICAÇÕES

Este tópico faz menção: aos países dos principais autores e as instituições que abraçaram a causa dos diferentes trabalhos encontrados no Google acadêmico. Conforme Tabela 3 são as regiões do país de origem das citações

Tabela 3 – regiões das citações dos autores

Trabalhos	Países	Instituição que os autores fazem parte
1	Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTROParaná</li> <li>• Universidade Federal do Paraná -UFPR</li> </ul>

---

2	Brasil	• Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc
3	Brasil	• Universidade de Brasília - UnB
4	Brasil	• Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
5	Brasil	• Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getulio Vargas - EBAPE/FGV-Rio. • Universidade Federal do Ceará - CAEN/UFC
6	Brasil	• Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
7	Brasil	• Universidade Estado do Rio de Janeiro - UERJ • Universidade Nove de Julho - UNINOVE
8	Brasil	• Universidade de São Paulo - USP
9	Brasil	• Universidade de Brasília - UnB

---

Fonte: Autor (2024)

Logo acima estão presente informações sobre o país de cada autor, assim como a instituição que faz parte. Nota-se que como o tema é sobre transferências voluntárias no Brasil, destacam-se publicações do próprio país e uma concentração de obras na região sudeste e as outras regiões do Brasil também são representadas só e com menos expressividade, exceto a região norte que infelizmente não apresenta nenhum trabalho relevante nas áreas estudadas.

A região sudeste por apresentar mais pesquisas na área mostra um grau maior de desenvolvimento quando comparada com as outras regiões, os trabalhos além de trazerem um caráter informativo para a população também exercem uma função fiscalizatória pelo alto nível de riqueza de dados, proporciona aos gestores públicos um cuidado maior, pois as suas ações estão evidenciadas nos trabalhos publicados, de certa forma as pesquisas viram uma prestação de contas indireta dos recursos aplicados na gestão do executivo.

Nas demais regiões do Brasil e principalmente na região norte, a ausência de trabalhos acadêmicos expressivos causam a diminuição de um importante canal de comunicação com a sociedade. A falta de prestação de contas indireta com o olhar do pesquisador, evidencia baixo desenvolvimento social e econômico na maior parte das regiões que não apresentam diversos canais fiscalizatórios. A população além de não ser atendida pelo estado, também não sabe que está sendo lesada por uma falta de informação, diferentemente de uma região desenvolvida.

#### 4.5 DISCUSSÃO

As transferências voluntárias são importantes para a realização de diversas obras no Brasil, os nove principais estudos mencionados anteriormente e que serviram de base para este trabalho mostram um aspecto importante que é a questão temporal, nos últimos treze anos dentro da administração pública as transferências voluntárias ganharam evidência e sua utilização tem se tornado destaque para as cidades do Brasil.

Orgãos de controle e fiscalização como a CGU e TCU auxiliam os gestores e a população no combate a corrupção e aos desvios, dando mais transparência ao processo de captação dos recursos públicos. A burocracia exige das lideranças públicas um aperfeiçoamento do corpo técnico para evitar a não captação dos recursos e perda de tempo, dando a maior celeridade ao processo.

Este trabalho mostra como a área de infraestrutura necessita de recursos para a realização de diversas obras nos municípios, as diferentes regiões do país revelam os diversos níveis de desenvolvimento na infraestrutura e reafirmam os principais tópicos deste estudo: experiências com os municípios mais desenvolvidos da região sudeste do Brasil, gargalos de cidades como Aracaju que compete com outros municípios na arrecadação das verbas que financiam os principais projetos de infraestrutura e as perspectivas das regiões ainda menos desenvolvidas como a região norte que busca desenvolver o seu processo de captação de recursos para que possam entregar melhores condições para a população residente.

Questões políticas como alinhamento partidário do governo municipal com o federal também se mostrou importante na captação dos recursos, além do

desenvolvimento do IDH da região também ser um facilitador porque melhores condições favorecem a qualidade do corpo técnico para a captação dos recursos.

#### **4.5.1 Experiências adquiridas**

No contexto estudado sobre transferências voluntárias, observou-se o sucesso dos municípios da região sul e sudeste que utilizaram de boas práticas para captar recursos e aplica-los na infraestrutura (Moutinho, 2016), entender como funciona a burocracia para o recebimento e aplicabilidade do dinheiro na destinação das obras de infraestrutura gera ganho de tempo e facilidade na prestação de contas para os órgãos fiscalizatórios.

Para Soares e Melo (2016) rever situações já vividas por municípios afins ou outras regiões do Brasil, antecipando-se eventuais soluções para problemas com empresas que prestam determinado serviço na execução das atividades além de trabalhar com outras ações preventivas, tudo isso faz diminuir os transtornos causados pelas judicializações no decorrer da entrega de um serviço prestado a população. O gestor que traz experiências para o escopo de trabalho do seu gabinete consegue gerir melhor o município, pois estará mais bem preparado para enfrentar eventualidades que irão surgir com o tempo.

Segundo Alvares e Branco (2018) os municípios que identificaram e organizaram a maneira como se direciona o planejamento na gestão pública com o objetivo de torna-la mais eficiente para executar os projetos municipais, criando equipes especializadas em otimizar o processo, denominadas de escritórios de projeto, criando previsibilidade de acordo com as experiências para atender e maximizar os resultados entregues a população.

As experiências administrativas no enfoque das transferências voluntárias em obras de infraestrutura são adquiridas por duas possibilidades: a primeira e mais comum observa-se de acordo com a literatura que é ao longo do tempo, devido aos contratemplos e problemas vivenciados no decorrer da administração. A segunda refere-se a capacidade visionária do administrador em olhar situações conflitantes em outras cidades e proporcionar meios para coibir possíveis transtornos na execução das obras, este olhar mais atento é algo mais difícil de se encontrar, e a literatura auxilia com os diversos matérias publicados, como exemplo tem-se os diversos estudos utilizados como base para este TCC.

#### 4.5.2 Gargalos

As diferenças partidárias dificultam a captação dos recursos e estreitam os caminhos pelos quais os gestores precisam trilhar para conseguir os recursos para o município, apesar desse vetor não ser declarado publicamente, o opositor precisa estar preparado para lidar com a situação da melhor forma possível e evitar erros que venham a diminuir ou impedir a chegada de recursos ao município e trabalhar com bastante conhecimento sobre os trâmites processuais das transferências voluntárias (Soares; Melo, 2016).

A falta de conhecimento de como ocorrem as fases de todo o processo de captação de recursos das transferências voluntárias também é um gargalo para angariar dinheiro para o município. A escolha do corpo técnico sem a especialidade de atuar na área, muitas vezes apenas por indicação política, acaba fragilizando o processo que tende a apresentar erros e aumentar o prazo de entrega de determinada obra para a população, algo simples e que tende a se tornar complexo trazendo prejuízos para os cidadãos. A corrupção sistêmica na administração pública, principalmente de gestores que não levam a sério a arte de gerir o município também compromete e apodrece a entrega do serviço de boa qualidade.

Para Soares e Melo (2016) municípios que possuem baixa capacidade técnica, escassez de recursos financeiros e tecnologia enfrentam dificuldades para conseguir participar dos convênios da união e angariar o capital para realizar as obras de infraestrutura por exemplo. Essas dificuldades acarretam muita inadimplência e bloqueio o dinheiro previsto no orçamento, é fundamental ter gente qualificada para atender ao que pede o edital e desenrolar ações que vão movimentar o processo de recebimento das transferências voluntárias.

Cidades como Aracaju enfrentam também a dificuldade na arrecadação de recursos devido a competitividade entre regiões parecidas socioeconomicamente, um exemplo de competitividade é o incentivo através de isenções fiscais para empresas gerarem empregos em troca da não cobrança de impostos. Nas transferências voluntárias também ocorrem disputas entre projetos de outras regiões em busca da verba a ser liberada para as obras nos municípios, um gargalo que deve ser contornado através de projetos bem feitos e um bom relacionamento entre o órgão gerador e o receptor do recurso financeiro.

### 4.5.3 Perspectivas

Com o avanço dos estudos sobre transferências voluntárias e a crescente veiculação de informação de diversas formas chegando nas mãos do cidadão, observa-se boas perspectivas de melhorias na prestação de serviço a população através das transferências voluntárias. Melhorias nos índices de educação corroboram para criar boas expectativas de uma população mais esclarecida e que fiscalizará melhor os seus representantes.

O crescimento das cidades gera aumento de receita através dos impostos pagos e isto favorece a realização de obras na infraestrutura no município, pode-se citar também que o aumento populacional gera uma maior fiscalização nos gestores públicos, exigindo transparência e boa aplicabilidade dos recursos financeiros.

A necessidade da realização de obras de infraestrutura nas cidades como obras de saneamento básico por exemplo proporciona empregos para a população e gera também boas perspectivas. Infraestrutura é um campo carente e são necessárias a realização de diversas obras básicas para os cidadãos, isto mostra como o campo é vasto e que o gestor público tem muito espaço para explorar na entrega de serviços para a população, as transferências voluntárias mostram-se como excelente ferramenta na capitalização desses recursos financeiros.

Para Moutinho *et al* (2013) a troca por um corpo técnico mais qualificado e que tenha conhecimento bem fundamentado sobre transferências voluntárias traz boas perspectivas na administração de qualquer cidade. Este corpo técnico que entende as necessidades locais e utilizando-se da habilidade intelectual dos colaboradores, proporciona maior agilidade na entrega de serviços a população e com isso mais obras que irão melhorar e desenvolver os municípios.

## 5 CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar tópicos emergentes relacionados as transferências voluntárias para obras de infraestrutura nos municípios do Brasil, entre 2011 e 2024. Tal objetivo foi alcançado por meio da produção teórica desenvolvida, o que contribuirá para futuras discussões e análises que envolvam a temática das transferências voluntárias com aplicabilidade em infraestrutura.

No que se refere aos objetivos específicos, foi desenvolvido conhecimento teórico sobre conceitos, características e peculiaridades acerca das transferências voluntária voltados para obras de infraestrutura envolvendo três eixos principais: a) examinar as experiências dos municípios com as transferências voluntárias para infraestrutura, b) avaliar os principais gargalos para captação das transferências voluntárias e c) apontar perspectivas através das transferências voluntárias para infraestrutura do município. A pesquisa se desenvolveu por meio da relação teórica construída a partir dos dados coletados.

Como principais resultados, pode-se afirmar que aprender com as experiências de outras cidades, entendendo como funciona a burocracia para torná-la mais eficiente a favor do município agiliza a entrega das obras que a população tanto precisa. Existem gargalos que dificultam a captação como a diferença partidária e a relação política dos gestores que originam e os gestores que recebem os recursos financeiros, além da escolha do corpo técnico que irá atuar em todo o processo de captação dos fundos para a aplicabilidade nas obras, outro gargalo é a competitividade entre os diferentes municípios que desejam recolher a verba oriunda das transferências voluntárias para aplicá-las em infraestrutura. Como perspectivas entendeu-se que o desenvolvimento da educação com a publicação de material de pesquisa, e o crescimento da arrecadação através do desenvolvimento das cidades, geram boas expectativas em uma melhor efetividade na captação dos recursos para o município.

Em uma perspectiva prática os resultados contribuem para trazer conhecimento sobre o tema, desenvolver futuras pesquisas e extensões de estudos mais aprofundados nas instituições que a utilizem como base de apoio para otimizar os processos e estudos teóricos no campo das transferências voluntárias, sua

aplicabilidade proporciona a melhoria de políticas públicas na gestão municipal baseada nos resultados aqui expostos.

O estudo, porém, apresenta algumas limitações como a maior utilização de estudos base de autores das principais regiões mais desenvolvidas do país como sudeste e sul, e uma escassez de material nas áreas menos desenvolvidas do país como região norte, nordeste e centro-oeste e isto dificulta analisar a gestão municipal daquelas regiões menos favorecidas para utilizá-las em estudos que possam desenvolver melhorias para aquelas regiões. Este trabalho também se limita no campo de estudo de Aracaju e o seu direcionamento é na área de infraestrutura, não possibilitando o entendimento para outras áreas do município para que possam ser melhoradas. Apesar disso, o trabalho traz sinais importantes que podem ajudar na tomada de decisões por parte das instituições que a utilizem como referência.

Finalmente, os achados inspiram a formação de uma agenda de pesquisa, envolvendo transferências voluntárias para obras de infraestrutura nos municípios do Brasil utilizando como referência Aracaju e como sugestões de novas pesquisas, propõe-se que se examine relações políticas que favoreçam captação de recursos porque entender essas relações de maneira mais aprofundada geram facilidades para o município, e estudos que proporcionem a análise em outras áreas como saúde e educação para que o município possa ter uma otimização na captação de recursos para aplicá-los em outras áreas na gestão municipal.

Como última reflexão, entender as experiências, os gargalos e as perspectivas das transferências voluntárias voltadas para infraestrutura são fundamentais para que a gestão municipal possa entregar o melhor para o contribuinte, se não houver uma visão estratégica da máquina pública o gestor não conseguirá entregar algo responsável para a população. E como foi dito por Bijos (2013) o componente institucional da gestão municipal quanto o político são vitais nas transferências voluntárias para o município, sua relação precisa ser harmoniosa e ter simetria para que convirja no melhor encaminhamento possível na busca pelos recursos da união, que irão proporcionar a realização das obras que tanto interessam ao cidadão.

## REFERÊNCIAS

- ALVARES, M. A. A.; BRANCO, M. S. Captação de recursos via transferências voluntárias: um olhar para os municípios do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste). **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 69, n. 3, p. 605-630, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5326>. Acesso em: 29 mai. 2024.
- AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. G. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4 (133), p. 704-725, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000400010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/TP9LNc6zf5Y3smDkj3CyCbF/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2021.
- Aracaju. **Britannica Digital Learning**. Disponível em: <https://escola.britannica.com.br/artigo/Aracaju/483073>. Acesso em: 02 dez. 2021.
- Aracaju: Aspectos Geográficos. **Prefeitura de Aracaju**. Disponível em: [https://www.aracaju.se.gov.br/aracaju/aspectos\\_geograficos](https://www.aracaju.se.gov.br/aracaju/aspectos_geograficos). Acesso em: 24 de jan. 2022.
- ARAÚJO, M. R. M. et al. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 574-582, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XWXTQXKJ44BtT5Qw7dLWgvF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de abr. 2022.
- Auditoria avalia gestão do processo de transferência voluntárias da União. **Governo Federal**, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2018/07/auditoria-avalia-gestao-do-processo-de-transferencias-voluntarias-da-uniao>. Acesso em: 9 out. 2021.
- BAIÃO, A. L.; CUNHA, A. S. M. da; SOUZA, F. S. R. N. de. Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 68, n. 3, p. 583-610, 2017. DOI: 10.21874/rsp.v68i3.1406. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1406>. Acesso em: 14 set. 2021.
- BAPTISTA, B. O. et al. A sobrecarga do familiar cuidador no âmbito domiciliar: uma revisão integrativa da literatura. **Revista gaúcha de enfermagem**, v. 33, p. 147-156, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/SFH4h8sJmc3B74TmSZ59HLL/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 21 nov. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2022.

BIJOS, D. **Federalismo, instituição política e relações intergovernamentais: um estudo sobre os elementos determinantes das transferências voluntárias da União para municípios do estado de Minas Gerais**. 2013. Dissertação (Mestrado em ciências políticas) — Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13434/1/2013\\_DaniloBijos.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13434/1/2013_DaniloBijos.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.

BIJOS, D. Repensando as Transferências Voluntárias pela Perspectiva dos Atores e das Instituições Locais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 44, p. 322–350, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.44.322-350. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/13434>. Acesso em: 19 set. 2021.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C.C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v.5, n.11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/10515/o-metodo-da-revisao-integrativa-nos-estudos-organizacionais>. Acesso em: 17 dez 2022.

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 jan. 2022.

CAMARGOS TEIXEIRA, E.; HENRIQUE RODRIGUES CORRÊA, G. Gastos públicos em infraestrutura e pobreza: uma análise para o estado de Minas Gerais. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, v. 8, n. 2, p. 23 - 49, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/2316-5235.2019v8n2ID20357>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rerut/article/view/20357>. Acesso em: 14 set. 2021.

CARDOSO, M. R. G.; DE OLIVEIRA, G. S.; GHELLI, K. G. M. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347/1443>. Acesso em: 05 out. 2024.

CAREGNATO, S. E. GOOGLE ACADÊMICO COMO FERRAMENTA PARA OS ESTUDOS DE CITAÇÕES: Avaliação da Precisão das Buscas por Autor. **PontodeAcesso**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 72–86, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5682>. Acesso em: 18 dez. 2022.

CATAIA, M. Federalismo brasileiro. As relações intergovernamentais analisadas a partir das transferências voluntárias (União/municípios). **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2799/2677>. Acesso em: 25 out. 2021.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Cavalcante/publication/329399124\\_Analise\\_de\\_Conteudo\\_consideracoes\\_gerais\\_relacoes\\_com\\_a\\_pergunta\\_de\\_pesquisa\\_as\\_possibilidades\\_e\\_limitacoes\\_do\\_metodo/inks/5c06757492851c6ca1fd4eec/Analise-de-Conteudo-consideracoes-gerais-relacoes-com-a-pergunta-de-pesquisa-as-possibilidades-e-limitacoes-do-metodo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Cavalcante/publication/329399124_Analise_de_Conteudo_consideracoes_gerais_relacoes_com_a_pergunta_de_pesquisa_as_possibilidades_e_limitacoes_do_metodo/inks/5c06757492851c6ca1fd4eec/Analise-de-Conteudo-consideracoes-gerais-relacoes-com-a-pergunta-de-pesquisa-as-possibilidades-e-limitacoes-do-metodo.pdf). Acesso em: 08 ago. 2022.

CHUEKE, G. V.; LIMA, M. C. Pesquisa Qualitativa: evolução e critérios. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 128, p. 63-69, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12974/8511>. Acesso em: 08 dez. 2021.

Cidades e Estados: Aracaju. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/aracaju.html>. Acesso em: 02 dez. 2021.

CINELLI, C. L. K. Transferências voluntárias e corrupção municipal no Brasil: evidências preliminares do cadastro de contas irregulares do TCU. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 4, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ret.v7i4.25915>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/25915>. Acesso em: 28 out. 2021.

CONTI, J. M. Transferências voluntárias geram desequilíbrio federativo. **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-ago-28/contas-vista-transferencias-voluntarias-geram-desequilibrio-federativo>. Acesso em: 27 out. 2021.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. de; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2022

DA SILVA, V. S. **Determinantes do acesso às transferências voluntárias: análise dos municípios brasileiros entre 2008 e 2016**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20806>. Acesso em: 25 set. 2021

DANTAS, F.C. **O orçamento público como ferramenta efetiva para a gestão e controle financeiro da administração pública: uma análise da percepção dos gestores municipais da microrregião de Sousa**. 2011. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis), Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/15536>. Acesso em: 08 nov. 2021.

DE LIMA PALMEIRA, L. L.; CORDEIRO, C. P. B. S.; DO PRADO, E. C. A análise de conteúdo e sua importância como instrumento de interpretação dos dados qualitativos nas pesquisas educacionais. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 19, n. 1, p. 14-31, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/17159/8298>. Acesso em: 05 out. 2024.

FARAGO, C. C.; FONFOCA, E. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Revista Linguagem**, v. 18, n. 1, 2012. Disponível em:

<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1167/691>. Acesso em: 12 mai. 2022.

FERREIRA, A. S.; DO NASCIMENTO, D. R. O custo da infraestrutura urbana: um delineamento para o desenvolvimento de pequenos municípios. **Engineering Sciences**, v. 8, n. 1, p. 67-79, 2016. DOI: <https://doi.org/10.6008/CBPC2318-3055.2020.001.0008>. Disponível em:

<https://www.sustenere.inf.br/index.php/engineeringsciences/article/view/CBPC2318-3055.2020.001.0008/1925>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FONTELLES, M. J. et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009. Disponível em:

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C8\\_NONAME.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C8_NONAME.pdf). Acesso em: 11 abr. 2021.

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica-uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, 2016. Disponível em: [e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/13193/10642](http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/viewFile/13193/10642). Acesso em: 27 nov. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Editora UFRGS. Porto Alegre. 2009. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213854/000728742.pdf?sequence=1>. Acesso em: 09 jul. 2022.

GERIGK, W.; CLEMENTE, A. Gestão financeira dos municípios brasileiros de porte médio. **Revista Pretexto**, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 34-59, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5058604>. Acesso em: 08 nov. 2021.

Gestão das Transferências Discricionárias. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-e-controle/prestacao-de-contas/tomada-de-contas-especial/estudos/>. Acesso em: 11 out. 2021.

GOMES, A. A. Estudo de caso-Planejamento e métodos. **Nuances: estudos sobre educação**, v. 15, n. 16, 2008. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/187/257>. Acesso em: 03 abr. 2022.

IGNARRA, R. **Monitoramento de recursos de transferências voluntárias na esfera municipal**. 2014. Dissertação (Mestrado em administração pública), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11875>. Acesso em: 16 set. 2021.

JACOBOVSKI, R.; FERRO, LF Educação permanente em Saúde e metodologias de Aprendizagem Ativa: uma revisão sistemática integrativa. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e39910313391, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13391. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13391>. Acesso em: 15 fev. 2025.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto S. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. FGV Editora, 2007. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&id=O-kzGOOzh70C&oi=fnd&pg=PA7&dq=+Como+elaborar+projetos+de+pesquisa&ots=280mMWFtj6&sig=vpHT4Lf6TepC59IkWbhUdq3iHW0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=O-kzGOOzh70C&oi=fnd&pg=PA7&dq=+Como+elaborar+projetos+de+pesquisa&ots=280mMWFtj6&sig=vpHT4Lf6TepC59IkWbhUdq3iHW0#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 19 dez. 2022

KUHN, N.; BOTELHO, L. de L. R.; DE ALMEIDA ALVES, A. A. A coleta seletiva à luz da PNRS nos estados brasileiros: uma revisão sistemática integrativa. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 7, n. 5, p. 646-669, 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/download/7628/5714>. Acesso em: 18 dez. 2022.

LEITE, R. F. A perspectiva da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa: algumas considerações. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 539-551, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/129/98>. Acesso em: 12 mai. 2022.

LIMA, J. Á. de. Por uma Análise de Conteúdo Mais Fiável. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, [S. l.], p. pp. 7-29, 2014. DOI: 10.14195/1647-8614\_47-1\_1. Disponível em: [https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614\\_47-1\\_1](https://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_47-1_1). Acesso em: 9 ago. 2022.

LIMA, J. L. O.; MANINI, M. P. Metodologia para análise de conteúdo qualitativa integrada à técnica de mapas mentais com o uso dos softwares Nvivo e Freemind. **Informação & Informação**, v. 21, n. 3, p. 63-100, 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23879/20730>. Acesso em: 12 mai. 2022.

MANZATO, A. J.; SANTOS, A. B. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP**, v. 17, 2012. Disponível em: [http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino\\_2012\\_1/ELABORACAO\\_QUESTIONARIO\\_S\\_PESQUISA\\_QUANTITATIVA.pdf](http://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIO_S_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf). Acesso em: 11 abr. 2022.

MARCINIUK, F. L.; BUGARIN, M. S.; FERREIRA, D.C. Motivação partidária nas transferências voluntárias da União: o papel do Legislativo Federal. **Estudos**

**Econômicos**, São Paulo, v.50, p. 261-291, 2020. DOI: 10.1590/0101-41615023fmd. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ee/a/fqCyyHRTpRtspZHFctGhLSM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 24 out. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. São Paulo, 2003. Disponível em:

[http://joinville.ifsc.edu.br/~thiago.alencar/Tecnologo\\_Mecatronica/TCC1/outros/Fundamentos%20de%20Metodologia%20Cien%20-%20Eva%20Maria%20Lakatos\(1\).pdf](http://joinville.ifsc.edu.br/~thiago.alencar/Tecnologo_Mecatronica/TCC1/outros/Fundamentos%20de%20Metodologia%20Cien%20-%20Eva%20Maria%20Lakatos(1).pdf). Acesso em: 21 jan. 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas**. Editora Vozes Limitada, 2018. Disponível em :

[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&id=q1VxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=+Como+elaborar+m%C3%A9todo+de+pesquisa&ots=iIFs4j8ty-&sig=5qp9ig\\_pAdmf08zjqxUZklcV\\_Fw#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=q1VxDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=+Como+elaborar+m%C3%A9todo+de+pesquisa&ots=iIFs4j8ty-&sig=5qp9ig_pAdmf08zjqxUZklcV_Fw#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 19 dez. 2022.

MEIRELES, F. Alinhamento partidário e demanda por transferências federais no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, p. 173-194, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170282>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/7BH4hdkFhDHbhgVbrJfxZPP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2021.

MOREIRA, D. M.; NOGUEIRA, S. P.; TORRES, R. L. Análise bibliométrica da produção científica sobre transferências voluntárias no Brasil. **II Congresso Internacional de Contabilidade Pública “Reforma da Gestão Financeira Pública: Desafios para a Investigação e a Prática”**. Ordem dos Contabilistas Certificados, Lisboa, 2019. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/19363/3/%5b38%5d.pdf>. Acesso em: 19 set. 2021.

MOUTINHO, J. A.; KNISS, C. T.; MACCARI, E. A. A influência da gestão de projetos na estratégia de transferências voluntárias de recursos da União para municípios brasileiros: o caso de uma prefeitura de médio porte. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 12, n. 1, p. 181-207, 2013. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/3312/331227376008.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MOUTINHO, J. A.; KNISS, C. T. Transferências voluntárias da União para Municípios Brasileiros: identificação de correlação entre variáveis. **Revista de Gestão e Projetos**, v. 8, n. 1, p. 90-101, 2017. DOI:

<https://doi.org/10.5585/gep.v8i1.484>. Disponível em:

<https://periodicos.uninove.br/gep/article/view/9662>. Acesso em: 24 set. 2021.

MOUTINHO, José da Assunção. Transferências voluntárias da União para municípios brasileiros: mapeamento do cenário nacional. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 1, p. 151-166, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7612139003>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/cMyN7mCMBcsHPBMmSQsN4cd/?lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/YDnWhSkP3tzfXdb9YRLCPjn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mai. 2022.

Municípios devem enviar dados do Siope e evitar suspensão de transferências de recursos. **Federação dos Municípios do Estado de Sergipe**, 2021. Disponível em: <https://fames.org.br/municipios-devem-enviar-dados-do-siope-e-evitar-suspensao-de-transferencias-de-recursos/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

Municípios e Economia Aracaju. **Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe**, 2020. Disponível em: <https://al.se.leg.br/municipios-e-economia-aracaju/>. Acesso em 02 dez. 2021.

NASCIMENTO, M.M.P.; ARAÚJO, H. M. Ocupação Habitacional na Região Metropolitana de Aracaju/SE: Relações com o Ambiente e Condições de Infraestrutura Urbana. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 10, n. 1, p. 160-175, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/f0c8/6d45688773f5b390bb1ac03cabb5da18ace1.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022

NERI, A. L. C. **Vazios urbanos e a sustentabilidade urbanística do município de Aracaju-SE**. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4338>. Acesso em: 01 abr. 2022

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; DE ALENCAR, M. A. C. Pesquisa científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390>. Acesso em: 11 abr. 2022

OLLAIK, L. G.; ZILLER, H. M. Concepções de validade em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, p. 229-242, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/HmMrcZjwBH5GtqHd8YpXT8m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 dez. 2021.

OLSEN, W. **Coleta de dados: debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. Porto Alegre, Penso Editora, 2015. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=aEg7CgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT14&dq=coleta+de+dados&ots=68gh5De0wS&sig=NnPuCR01lunhVWFLPhoMsfbei-o#v=onepage&q=coleta%20de%20dados&f=false>. Acesso em: 29 jan. 2022.

Painel de Transferências Abertas. **Governo Federal**. Disponível em: <https://www.transferenciasabertas.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?do>

cument=painelcidadao.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd01&anonymous=true. Acesso em: 8 out. 2021.

Perfil da administração pública do município de Aracaju. **Prefeitura Municipal de Aracaju**. Disponível em: [https://transparencia.aracaju.se.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Perfil\\_Estrutura\\_Adm\\_2020.pdf](https://transparencia.aracaju.se.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Perfil_Estrutura_Adm_2020.pdf). Acesso em: 28 mar. 2022.

Política de transferência voluntárias de recursos federais aos municípios é avaliada pelo TCU. **Tribunal de Contas da União**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/politica-de-transferencias-voluntarias-de-recursos-federais-aos-municipios-e-avaliada-pelo-tcu.htm>. Acesso em: 11 out. 2021.

PRADO, C. C.; DE SOUSA JUNIOR, C. E.; PIRES, M. L. Histórias em quadrinhos: uma ferramenta para a educação e promoção da saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 2, 2017. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i2.1238>. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1238>. Acesso em: 11 abr. 2022.

PUCCINI, L. R. S.; GIFFONI, M. G. P.; SILVA, L. F. da; UTAGAWA, C. Y. Comparativo entre as bases de dados PubMed, SciELO e Google Acadêmico com o foco na temática Educação Médica. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, v. 10, n. 28, p. 75–82, 2015. DOI: 10.47385/cadunifoa.v10.n28.301. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/301>. Acesso em: 18 dez. 2022.

RAMALHO DA SILVA, T.; VERAS PEDROSA, T. N.; ALVES FILHO, F. Como doutorandos em linguística constroem a seção “identificação do problema de pesquisa”. **Revista de Letras – Juçara**, [S. l.], v. 5, n. 01, p. 310-329, 2021. DOI: 10.18817/rlj.v5i01.2526. Disponível em: <https://www.ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/2526>. Acesso em: 8 out. 2021.

Relatório da Situação de Vários Entes Federados. **Sistema de Transferências Intergovernamentais – Tesouro Nacional**. Disponível em: <http://sti.tesouro.gov.br/cauc/index.jsf#extrato-header-ancora>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SANTOS JÚNIOR, J. G. **Proposta de (re)estruturação da malha cicloviária na Zona Norte de Aracaju/SE**. 2018. 251 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2018. Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10089/2/Jos%c3%a9\\_Glackson\\_Santos\\_J%c3%banior.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10089/2/Jos%c3%a9_Glackson_Santos_J%c3%banior.pdf). Acesso em: 01 abr. 2022.

SANTOS SILVA, R.; PEREIRA RIBEIRO, U. Gestão da mobilidade urbana em Aracaju: visão de agentes do poder público. **Ideias e Inovação - Lato Sensu**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 48, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/ideiaseinovacao/article/view/10145>. Acesso em: 1 abr. 2022.

SILVA FILHO, W. K.; DE AGUIAR, J. A.; LEAL, G. S.; SILVA, H. R. F. A gestão do conhecimento na administração pública: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Foco**, [S. l.], v. 16, n. 6, p. e2468, 2023. DOI: 10.54751/revistafoco.v16n6-190. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/2468>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SOARES, M. M.; MELO, B. G. Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 539–561, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612138727>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SPMSQVNnSNnkzKCJpZsFvNb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

STUCKERT, R.; BUGARIN, M. S. Transferências intergovernamentais voluntárias estratégicas: uma análise para as regiões Sul e Sudeste do Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 75, n. 2, p. 290-310, 2024. Disponível em: <https://revista.ena.gov.br/index.php/RSP/article/view/10032/6991>. Acesso em: 05 out. 2024.

VALENTIM, G. M.; FERREIRA, M. A.; DALTO, J. L. A gestão do conhecimento na administração pública. **Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção**. 2020. Disponível em: [https://aprepro.org.br/conbrepro/2020/anais/arquivos/10102020\\_201025\\_5f823f61b4d0f.pdf](https://aprepro.org.br/conbrepro/2020/anais/arquivos/10102020_201025_5f823f61b4d0f.pdf). Acesso em: 14 fev. 2025.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2 ed. 1998. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60246199/Vergara-Projetos-e-Relatorios-de-Pesquisa-em-Adm20190809-80629-lwjm3s-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1649704287&Signature=Te~GW4dxlM9cBhOA5P3dXJpUOC4EbVlg5kRWK-b5KQM4ffNmSPHZXVqBp777XEc11lgFIUrym1izOXIU8THabaPI2huByIYYN0h6O1-5c3Lyyr1P0d-dUo71LB7bAz8f4BOEscALP8JbFrily85diYmg1dAx5G4dDfRyIXi74FwlSr9QCrYDScF88xWrrDjNhhAMcwkskRXvU~8PD8nyAyuDEj~1olimh3aoMjCREtOhMBYhTjCxSiUcl aBFiNRI8rUwld-ViYoz-QM7TAZL~cACN7Wxvf4Vrk0RPrWoudC3gwmscKvYimO6hproJNf43JkkYRuK~Mn1txognGYvQ\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60246199/Vergara-Projetos-e-Relatorios-de-Pesquisa-em-Adm20190809-80629-lwjm3s-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1649704287&Signature=Te~GW4dxlM9cBhOA5P3dXJpUOC4EbVlg5kRWK-b5KQM4ffNmSPHZXVqBp777XEc11lgFIUrym1izOXIU8THabaPI2huByIYYN0h6O1-5c3Lyyr1P0d-dUo71LB7bAz8f4BOEscALP8JbFrily85diYmg1dAx5G4dDfRyIXi74FwlSr9QCrYDScF88xWrrDjNhhAMcwkskRXvU~8PD8nyAyuDEj~1olimh3aoMjCREtOhMBYhTjCxSiUcl aBFiNRI8rUwld-ViYoz-QM7TAZL~cACN7Wxvf4Vrk0RPrWoudC3gwmscKvYimO6hproJNf43JkkYRuK~Mn1txognGYvQ__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 11 abr. 2022

VIEIRA, M. *et al.* Efeitos do Fundo De Participação Dos Municípios (FPM) no Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Brasileiros. **VIII Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2017**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://adcont.net/index.php/adcont/AdCont2017/paper/viewFile/2457/709>. Acesso em: 16 set. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre. Bookman, 2001. Disponível em:

[https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf). Acesso em: 03 abr. 2022.